

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA Xª VARA CRIMINAL
DE XXXXXX**

Processo nº XXXXXXXX

Autor: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Réu(s): FULANO DE TAL

FULANO DE TAL, FULANO DE TAL, FULANO DE TAL, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXX, expor e requerer o que segue:

Na data de ontem, a Defensoria Pública do XXXXXX foi comunicada pela Secretaria do juízo acerca da realização de audiência de instrução e julgamento designada para a data de hoje (XX/XX/XXXX), não constando dos autos a intimação pessoal da defesa técnica na forma preconizada pelo artigo 89, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 80/1994.

Não obstante, no intuito de colaborar com a efetividade da Administração da Justiça e evitar a frustração de atos processuais, este órgão diligenciou no sentido de fazer carga dos presentes autos e avaliar a viabilidade do comparecimento independente de intimação.

Sucedendo que, após leitura dos fatos e análise das circunstâncias do fato objeto da denúncia, a Defensoria reconhece não estar apta a exercer, de forma satisfatória, a representação dos acusados no ato processual para o qual deixou de ser intimada.

Trata-se de ação penal promovida em desfavor de quatro denunciados, aos quais se atribui a prática do delito de roubo circunstanciado (CPB, art. 157, §2º, inciso II), pesando sobre os acusados ainda a suspeita de associação criminosa, constando tal imputação em outro processo criminal. Os

autos contam com significativo volume de elementos de informação com o qual a defesa não teve contato até a presente data.

Agravando ainda mais a complexidade do caso, a leitura dos depoimentos colhidos em sede policial evidencia a existência de teses contrapostas entre os denunciados, com possível colidência de interesses.

Por tais considerações, resta evidente que a defesa do acusado estará prejudicada se a audiência for realizada na data de hoje, razão pela qual a Defensoria Pública do Distrito Federal reputa necessário se observe a vedação constante do artigo 218, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicável analogicamente ao processo penal:

Art. 218. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei.

(...)

Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.

A respeito do tema, inclusive, há entendimento do Conselho Superior do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal (atual Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal) que desobriga o comparecimento do defensor nas circunstâncias acima mencionadas. Senão vejamos:

“RESOLUÇÃO Nº 18, DE 19 DE ABRIL DE 2006

Publicada no Boletim de Serviço nº 24, de 25/04/2006

Trata da obrigatoriedade do comparecimento dos Procuradores de Assistência Judiciária do Distrito Federal em audiências judiciais criminais.

O Conselho Superior de Assistência Judiciária do Distrito Federal, com fundamento no artigo 11, inciso II, do Decreto 22.490, de 19 de dezembro de 2001, combinado com o artigo de 18 do Regimento Interno do CSCEAJUR e ainda, considerando que o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, resguarda aos litigantes, em processo judicial ou administrativo,

e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
considerando que no conceito de ampla defesa está incluída a possibilidade de escolha de advogado privado por parte de réu que detenha capacidade econômica;
considerando que a Constituição Federal preceitua como obrigação do Estado a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
considerando que o Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal é o Órgão do Distrito Federal incumbido da prestação de assistência jurídica aos necessitados, nos termos da Lei nº 821, de 26 de dezembro de 1994;
considerando que é dever do Estado disponibilizar ao acusado uma defesa técnica e ampla, não puramente formal;
considerando que o artigo 5º da Lei nº 1.060/50 determina a intimação pessoal do defensor público em todos os atos do processo;

RESOLVE:

1. Os Procuradores de Assistência Judiciária do Distrito Federal, em atuação no âmbito das circunscrições judiciárias do Distrito Federal, estão obrigados a comparecer a audiências de interrogatório ou de instrução de acusados somente quando regularmente intimados pela autoridade judiciária no prazo mínimo de 48 horas (artigo 3º do CPP, 192 do CPC e 5º da Lei nº 1.060/50).
2. Os Procuradores de Assistência Judiciária do Distrito Federal devem abster-se da atuação institucional em processos ou audiências, ainda que de interrogatório, de réus que tenham advogados regularmente constituídos, porém ausentes.
3. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário". (Sublinhei).

Com estas considerações, de modo a evitar possível violação às prerrogativas da Defensoria Pública do Distrito Federal e, principalmente, aos princípios do contraditório e da ampla defesa, requer-se seja designada nova data para a audiência de instrução e julgamento.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

XXXXXXXX-XX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO